

DOCTRINA	
ARTIGOS	
A responsabilidade dos agentes pela prática de atos ilícitos e de improbidade administrativa na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) Augusto Neves Dal Pozzo	9
O processo administrativo e sua contribuição para o fortalecimento da confiança na Administração Pública Cássio Cavalcante Andrade	13
A terceirização de serviço na Administração Pública através de convênios e a questão da isonomia salarial Dicesar Beches Vieira Júnior	29
Situações fáticas consolidadas em concursos públicos – A contribuição das medidas liminares Felipe Migosky	42
Entre a supremacia do interesse público sobre o privado e o primado da dignidade da pessoa humana – Releitura de conceitos e análise de conflitos Fernanda Piaginni Romanelli	51
A assinatura de atos processuais praticados em meio eletrônico Rodrigo Melo do Nascimento	63
DIRETO AO PONTO	
Manifestação do pensamento que causa dano não pode ser anônima Juliana Sebusiani Resende	75
ORIENTAÇÕES PRÁTICAS FÓRUM ADMINISTRATIVO	
Estágio e estudante de instituição estrangeira.....	77
Sessão legislativa e fornecimento de cópia de gravações	79
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA	
Supremo Tribunal Federal	
Concurso público – Pessoa portadora de deficiência – Reserva percentual de cargos e empregos públicos – Art. 37, VIII, CF/88 – Requisitos atendidos – Exigência de compatibilidade entre o estado de deficiência e o conteúdo ocupacional ou funcional do cargo público disputado independente da dificuldade produzida para o exercício da função pela limitação – Mecanismo compensatório – Princípios da alteridade, diversidade humana, igualdade de oportunidade e isonomia. Agravo Regimental no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 32.732/DF	81
Superior Tribunal de Justiça	
Constitucional – Administrativo – Servidor aposentado e beneficiário de pensão por morte – Teto constitucional – Incidência isolada sobre cada uma das verbas – Caráter contributivo do sistema previdenciário do servidor público – Segurança jurídica – Princípio da igualdade. Recurso em Mandado de Segurança nº 30.880 - CE	86
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	
Constitucional e Administrativo – Servidor estadual em gozo de licença sem remuneração – Posse em outro cargo público – Professor universitário – Cumulação – Possibilidade – Art. 37, XVI e XVII, da CF/88. Apelação Cível nº 2004.33.00.023346-6/BA	89
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	
Administrativo – Constitucional – Concurso Público – Exigência de experiência – Restrição – Legalidade – Poder discricionário da Administração Pública – Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Apelação Cível nº 2009.51.01.003852-9	92

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Administrativo – Tributário – IPTU – ANATEL – Imunidade – Agência reguladora – Abrangência – Fatos geradores anteriores à aquisição do imóvel – Inexigibilidade. Apelação Cível nº 0037826-75.2007.4.03.6182/SP 94

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Direito Ambiental – Crime ambiental – Art. 48, da Lei nº 9.605/98 – Responsabilização de pessoa jurídica desvinculada da pessoa física – Possibilidade – Responsabilização de ente público – Viabilidade – Factibilidade de município figurar como réu. Apelação Criminal nº 0000574-90.2009.404.7200/SC 96

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Constitucional – Ambiental – Ação civil pública – IBAMA – Atuação supletiva – Atribuição para fiscalizar e corrigir condutas atentatórias ao meio ambiente – Descarte de resíduos a céu aberto (“Lixão”) – Imposição de apresentação e implementação de projeto de aterro sanitário e de recuperação da área degradada ao poluidor – Município – Art. 225, CF/88. Apelação/Reexame Necessário nº 30667/PE 107

LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 54)

Antônio Flávio de Oliveira 135